



DIÁRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Edição nº 40/2014

Brasília - DF, quinta-feira, 6 de março de 2014

SUMÁRIO

Presidência	2
Secretaria Geral	4
Secretaria Processual	4
Diretoria Geral	9
Núcleo de Apoio à Diretoria-Geral	9
Seção de Passagens e Diárias	9

Presidência

PORTARIA N. 30 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Institui Grupo de Trabalho para revisão do Portal de Oportunidades do CNJ e para aperfeiçoamento do Sistema Começar de Novo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), com base no disposto no art. 6º, XXXI, do Regimento Interno do CNJ;

CONSIDERANDO os termos da Resolução do CNJ n. 96, de 27 de outubro de 2009, e da Portaria n. 49, de 30 de março de 2010;

CONSIDERANDO a necessidade de dar efetividade à Lei de Execução Penal, com base no seu artigo 1º, para adotar medidas que propiciem a reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e de medidas alternativas, bem como adolescentes em conflito com a lei;

CONSIDERANDO que compete aos órgãos da execução penal, dentre os quais o juízo da execução, oferecer cursos de capacitação ou vagas de trabalho de modo a concretizar ações de cidadania e promover a redução da reincidência criminal;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento do sistema Começar de Novo - Portal de Oportunidades, devido à dificuldade encontrada pelos tribunais em alimentá-lo, resultando em desatualização dos dados lá constantes;

CONSIDERANDO o deliberado em reunião dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário realizada em Brasília, em 16 de dezembro de 2013, com a criação de Grupo de Trabalho para aperfeiçoamento do sistema Começar de Novo - Banco de Oportunidades;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Grupo de Trabalho para revisão do Portal de Oportunidades do CNJ e aperfeiçoamento do sistema de coleta de dados, referente ao programa Começar de Novo.

Art. 2º O Grupo de trabalho ora instituído será composto pelos seguintes participantes:

I - Luiz Carlos Rezende e Santos, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;

II - Eduardo L. Fagundes Junior, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

III - Bruno André Silva Ribeiro, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

IV - Israel Tomaz Ferreira, Gerente do Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

V - Maria do Socorro Fagundes, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

VI - Telma Aparecida Alves, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

VII - Rafael Antonio Sousa Spotto, servidor da Seção de Sistemas Administrativos da Coordenadoria de Gestão de Sistemas do CNJ.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Luiz Carlos Rezende e Santos.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho poderá contar com o auxílio de outros servidores para a realização de atividades de assessoramento e outras deliberações, quando necessário.

Art. 4º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 90 dias para apresentação de relatório e propostas ao Conselheiro Supervisor e ao Juiz Auxiliar Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **Joaquim Barbosa**

Presidente

RESOLUÇÃO N. 188, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Altera dispositivos da Resolução CNJ n.º 77, de 26 de maio de 2009, que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça, tomada no julgamento do Ato Normativo n. 0004310-25.2013.2.00.0000, na 183ª Sessão Ordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO a insuficiência do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) para dar suporte eficaz ao acompanhamento das devidas fiscalizações dos estabelecimentos pelos magistrados;

CONSIDERANDO o êxito obtido pelo Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP) e a necessidade de desenvolver uma ferramenta eletrônica similar para Infância e Juventude;

CONSIDERANDO a necessidade da gestão do CNAACL pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), sem prejuízo da colaboração da Corregedoria Nacional de Justiça;

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução CNJ n. 77, de 26 de maio de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º Determinar aos juízes das Varas da Infância e da Juventude com competência para a matéria referente à execução das medidas socioeducativas sobre os adolescentes em conflito com a lei que realizem pessoalmente inspeção bimestral nas Unidades de Internação e de Semiliberdade sob sua responsabilidade e adotem as providências necessárias para o seu adequado funcionamento.

Art. 2º Nas inspeções bimestrais, deverá o juiz preencher formulário eletrônico do CNJ, disponível no Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS), até o dia 10 do mês seguinte ao bimestre em referência.

§ 1º Os bimestres serão necessariamente os períodos de janeiro e fevereiro; março e abril; maio e junho; julho e agosto; setembro e outubro; e novembro e dezembro.

§ 2º Caberá às Corregedorias-Gerais comunicar à Corregedoria Nacional de Justiça o não cumprimento da inspeção bimestral pelo juiz titular ou substituto em exercício, sem prejuízo das imediatas providências para que o seu funcionamento se dê na forma prevista em lei.

§ 3º Constatada qualquer irregularidade na entidade de atendimento ao adolescente, o juiz tomará as providências necessárias para apuração dos fatos e de eventual responsabilidade, comunicando as medidas tomadas à Corregedoria-Geral e ao magistrado Coordenador da Infância e Juventude do respectivo Tribunal.

Art. 4º Os Tribunais devem assegurar a seus respectivos juízes condições objetivas para a realização de inspeções bimestrais nas Unidades de internação e semiliberdade, sem prejuízo das disposições da Resolução CNJ n. 176/2013.

§ 1º O magistrado responsável pela fiscalização bimestral de mais de 4 (quatro) Unidades, poderá requisitar apoio à Coordenadoria da Infância e Juventude a fim de que encaminhe, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), pedido ao órgão competente, no sentido de designar, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da comunicação da Coordenadoria da Infância e Juventude, juiz(es) auxiliar(es), com o fim específico de atuar(em) na inspeção bimestral das Unidades, com prioridade sobre demais solicitações, em razão da matéria.

§ 2º Os Tribunais devem disponibilizar, em até 10 (dez) dias, a contar da comunicação da Coordenadoria da Infância e Juventude, a segurança pessoal ao magistrado e sua equipe, para a realização de inspeções nas Unidades, se houver parecer positivo daquele órgão.

Art. 8º As Corregedorias-Gerais de Justiça e os juízes competentes encaminharão os dados por meio eletrônico ao cadastro nacional dos adolescentes em conflito com a lei.

Parágrafo único. Compete às Corregedorias-Gerais dos tribunais organizarem, com o auxílio das Coordenadorias da Infância e Juventude, curso de capacitação anual para magistrados e servidores acerca do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) e do Cadastro Nacional de Inspeções em unidades de Internação e Semiliberdade (CNIUIS).

Art. 11. O Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei será gerido e fiscalizado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. Os demais cadastros do sistema da infância e da juventude continuarão a ser geridos e fiscalizados pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de maio de 2014.

Ministro **Joaquim Barbosa**

Presidente